

REMATE DE MALES

Campinas-SP, v.39, n.2, pp. 1056-1061, jul./dez. 2019

CÂMARA, MARIO; KLINGER, DIANA; PEDROSA CÉLIA & WOLFF, JORGE (ORGS.). *INDICIONÁRIO DO CONTEMPORÂNEO*. BELO HORIZONTE: EDITORA UFMG, 2018.

INDICIONÁRIO DO CONTEMPORÂNEO

Ana Cristina Joaquim¹

Resumo: Resenha de *Indiccionario do contemporâneo*, livro organizado por Célia Pedrosa, Diana Klinger, Jorge Wolff e Mário Câmara, com artigos de: Antonio Andrade, Antonio Carlos Santos, Ariadne Costa, Celia Pedrosa, Diana Klinger, Florencia Garramuño, Jorge Wolff, Luciana di Leoni, Mario Câmara, Paloma Vidal, Rafael Gutiérrez, Raúl Antelo, Reinaldo Marques e Wander Melo Miranda, os quais se dedicam a pensar a contemporaneidade.

Palavras-chave: crítica contemporânea; literatura; artes.

Abstract: Review of *Indiccionario do contemporâneo*, book organized by Celia Pedrosa, Diana Klinger, Jorge Wolff and Mario Camara and written by Antonio Andrade, Antonio Carlos Santos, Ariadne Costa, Celia Pedrosa, Diana Klinger, Florencia Garramuño, Jorge Wolff, Luciana di Leoni, Mario Camara, Paloma Vidal, Rafael Gutiérrez, Raúl Antelo, Reinaldo Marques and Wander Melo Miranda, that is dedicated to thinking contemporaneity.

Keywords: Contemporary Criticism; Literature; Arts.

Acredito que não haja novidade alguma em dizer que um livro de crítica literária ou artística (no sentido amplo) tem sua recepção condicionada pelo(s) tema(s)/autor(es)/artista(s) a que se dedica e/

¹ Atualmente desenvolve pesquisa de pós-doutorado no Departamento de Teoria e História Literária (IEL) – Universidade Estadual de Campinas, com estágio na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Bolsista Fapesp (Processo n. 2017/17843-1; Processo BEPE n. 2018/21750-1): <wiquen@gmail.com>.

ou pela linha de abordagem que seu(s) autor(es) – pelo desempenho teórico, mas também pelo estilo – desenvolve(m). A proposta de reunir num livro uma diversidade de autores que se propõem uma reflexão sobre o contemporâneo, como é o caso de *Indicionário do contemporâneo*, tampouco é, por si só, algo novo. A novidade – que me parece necessário frisar – está no modo como a ideia de autoria coletiva compõe uma rede de abrangências temáticas desenroladas sob o pressuposto de uma certa impropriedade como marca da nossa contemporaneidade. O impróprio, tal como eu gostaria que fosse entendido, não apenas como aquilo que nos permite alcançar (em sinonímia) o erro pela errância, pelo nomadismo que recusa a residência fixa, mas também como solução prefixal que coincide com o neologismo *Indicionário*: a negação da posse, aquilo que a ninguém pertence em particular. É, aliás, já no encaminhamento para o fim desse livro aberto, de significações múltiplas, que encontrei a síntese mais precisa que proponho ler como justificativa do neologismo que dá título ao livro: “abandonar o desejo de um termo guarda-chuva que explicasse o presente em favor da aceitação da complexidade que este mesmo estado do presente nos faz reconhecer” (p. 192).

Em certo sentido, estamos no campo de uma discussão já tornada clássica (se considerarmos os tempos históricos relativamente à medida de intervalo de tempo de assimilação e propagação de uma ideia), uma vez que desde Nietzsche a atualidade é uma exigência em termos de intempestividade, como nos dá a ver Agamben (2009) na sua atualização do contemporâneo – historicamente, mais próximo do nosso atual –, ao situar o cerne dessa reflexão conforme uma não coincidência, conforme um anacronismo ou, como sugeri há pouco, conforme uma impropriedade:

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz de perceber e apreender o seu tempo (pp. 58-59).

É justamente da posituação desse anacronismo – em perspectiva histórica e, portanto, temporal –, somada à posituação de certo nomadismo – em perspectiva geográfica e, portanto, espacial –, que *Indicionário do contemporâneo* se compõe. Às três dimensões espaciais mais à dimensão temporal, soma-se ainda uma quinta dimensão: o sujeito coletivo, ou o sujeito multidimensional que dá os contornos dessa atualização, dessa “contemporaneização” da autoria. São muitos os que

escrevem esse livro: Antonio Andrade, Antonio Carlos Santos, Ariadne Costa, Celia Pedrosa, Diana Klinger, Florencia Garramuño, Jorge Wolff, Luciana di Leoni, Mario Cámara, Paloma Vidal, Rafael Gutiérrez, Raúl Antelo, Reinaldo Marques e Wander Melo Miranda; mas também o escrevem alguns contemporâneos (vivos ou não) que, de modo heterodoxo, já o haviam escrito, pintado, fotografado ou performado, antes de os autores listados na capa o terem feito: Ana Cristina César, Bruno Latour, Georges Didi-Huberman, Gilles Deleuze, Giorgio Agamben, Hélio Oiticica, Jacques Derrida, Jacques Rancière, Jean-Luc Nancy, João Gilberto Noll, Josefina Ludmer, Lygia Clark, Lygia Pape, Marcos Siscar (em ao menos duas dimensões: o poeta e o crítico), Mario Bellatin, Nuno Ramos, Rosângela Rennó, Silviano Santiago, entre tantos outros nomes não tão recorrentemente evocados no livro (não por isso menos importantes na ecologia dessas reflexões) que uma listagem exaustiva permitiria entrever.

A proposta de tornar híbrida a autoria desse livro lança uma questão acerca dos percursos possíveis de uma comunidade que não se deixa capturar (ao menos não completamente) pelas instituições que dão nome e sobrenome às ideias correntes e se mantém em “semianonimato”, conforme a não indicação de autoria em cada ensaio ou *verbete indicial* (Cf. p. 12), lançando para todo o sempre a questão que nos cabe a todos responder (ou ao menos questionar conjuntamente):

[...] como viver junto e como escrever em colaboração, como escrever, em suma, coletivamente e a partir de diferentes perspectivas críticas e diferentes geografias da América do Sul [em atenção aos encontros que motivaram e alimentaram a escrita do livro, ocorridos em Cali/Colômbia, Campina Grande-PB, São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis/Brasil e Buenos Aires/Argentina] (pp. 7-8).

Por isso é híbrida essa escrita também no que se refere às fronteiras nacionais. E, uma vez que contemporânea, híbrida ainda no que se refere às fronteiras que delimitam passado e futuro:

[...] o efeito de anacronismo significa um agenciamento do passado e do futuro, de ideais utópicos e míticos, fragmentados em sua coerência totalizada, mobilizados agora enquanto restos, resíduos que, justo nessa condição, produzem uma dinâmica desafiadora (p. 139).

E híbrida sobretudo porque performa, em grande medida, a qualidade de transformar em elásticos os limites a partir dos quais somos mentalmente regidos, tornando de algum modo indistintas a forma crítica e a forma artística. Um exemplo bastante evidente da atualização

dessa indistinção se refere à autoria: já mencionada a propósito do que chamei de semianonimato, ela é textualmente evocada a propósito de uma *performance* crítica organizada por Mario Bellatin:

Em novembro de 2003, Bellatin idealizou e organizou um particular Congresso de Literatura Mexicana em Paris, que tinha como objetivo não declarado provar se o texto literário poderia ou não ter um autor. Para explorar a questão, convidou quatro escritores mexicanos [...]. No entanto, não foram esses escritores os que assistiram fisicamente ao evento programado em Paris, mas seus duplos, previamente treinados pelos autores [...]. Quando o espectador chegava ao Congresso podia aceder à recitação do texto que tinha selecionado por meio a um catálogo temático: “Arte e modernidade”, “A morte na obra”, “Vida e escritura”, entre outros (p. 193).

Além da problematização autoral enunciada, esse *catálogo temático* proposto por Bellatin em muito se assemelha aos ensaios ou *verbetes indiciais* de *Indicionário do contemporâneo*. Mais do que semelhança, trata-se de um gesto crítico de acolhimento e diálogo para com o gesto artístico a partir da própria arte no curso do seu gesto fundamentalmente crítico – que lhe é característico. No limite, trata-se de lembrar o espectador e/ou o leitor das impropriedades que dão forma aos gestos humanos em sua variedade rizomática:

[A] separação entre o conhecimento objetivo (da ciência, da natureza) e o conhecimento subjetivo (da política, da natureza) está na base das divisões disciplinares, e é essa base que, segundo Latour, está se desmoronando hoje pela pressão do que ele chama de híbridos ou quase-objetos ou monstros (p. 186).

A propósito dos *verbetes indiciais*, há um dado de composição que me parece importante ressaltar: a despeito de cada um deles estar em conformidade com os guias motivadores de reflexão (estes também em trânsito nômade, conforme indicado na apresentação: de “Formas do não pertencimento” a “Arquivo”; de “Intimidade” a “Comunidade”; de “Materialidades” a “Endereçamento”; de “Intemperividade” a “O contemporâneo”; de “Sobrevivências” a “Pós-autonomia”; e de “Afeto” a “Práticas inespecíficas”), há um reenvio constante de um a outro *verbe*, de maneira que poderíamos caracterizá-los eles próprios como operadores de analogias comunitárias em constante movimento de remissão. A despeito ainda das diferenças de perspectivas críticas que eventualmente saltam à vista do leitor, quase todos os *verbetes* privilegiam a abertura como proposta de uma cena de convívio reflexivo,

em detrimento do fechamento como consequência de uma certeza apriorística (com exceção do verbete “Comunidade”) que tende a insistir na disputa entre uma visão ali considerada *menos* filosófica e por isso *mais* eficiente e uma visão ali considerada *mais* filosófica e por isso *menos* eficiente (Negri e Hardt *versus* Agamben e Jean-Luc Nancy), que me parece mais a construção de uma fronteira do que a sua destruição em direção aos híbridos contemporâneos, construção na qual o projeto de *Indicionário* se empenha declaradamente. Mas até mesmo esse corpo estranho vem selar de alguma forma o intempestivo na sua circunstância mais atual.

É, sem dúvida, um livro político, sem que seja possível estabilizá-lo num eixo central que preveja uma concordância dos significados e das variadas orientações que o conduzem. É um livro que investe seus múltiplos olhares na ética da responsabilidade, e o faz de modo bastante evidente, enfatizando a seriedade do comprometimento em questão ao evocar estas palavras de Latour (*apud* pp. 190-191):

A condição pós-moderna acabou de tentar justapor, sem conectá-los, esses três grandes repertórios da crítica: a natureza, a sociedade e o discurso. Caso sejam mantidos distintos e separados do trabalho de hibridação, eles geram uma imagem terrível do mundo moderno: uma natureza e uma técnica absolutamente homogêneas, uma sociedade feita apenas de reflexos, de falsas aparências e de ilusões, um discurso constituído somente por efeitos de sentido separados de tudo. Motivo suficiente para levar alguém ao suicídio.

A política do agora tem sobretudo um desafio que me parece crucial e que este livro contempla mediante a grande abrangência rizomática de que, de algum modo, compõe-se a nossa forma de tatear no escuro da contemporaneidade: trata-se do desafio de lidar com as fronteiras, sejam elas hierárquicas (em destaque no ensaio “Arquivo”); sejam elas erigidas no campo das disputas teóricas (em destaque no ensaio “Comunidade”); sejam elas intersubjetivas (em destaque no ensaio “Endereçamento”); sejam elas temporais (em destaque no ensaio “O contemporâneo”); sejam elas de percepção acerca das metamorfoses do real (em destaque no ensaio “Pós-autonomia”); ou sejam elas condicionadas às ordenações dos espaços de fala (em destaque no ensaio “Práticas inespecíficas”). É, aliás, coincidentemente, num verbete de um outro possível *indicionário* virtual, veiculado na internet, que Sofia Mariutti vai pensar a definição de *fronteira* no cerne da ambiguidade ou elasticidade que a caracteriza como potência:

A fronteira pode ser natural, seguindo um acidente geográfico como um rio ou uma montanha. Às vezes é abstrata, como a margem entre a sanidade e a loucura, às vezes tem a concretude da muralha da China [...]. Ironicamente, chamamos de “fronteiras vivas” aquelas que estão sujeitas a conflitos e se alteram, diferentemente das “fronteiras mortas”, que são sólidas. Para o líder indígena Ailton Krenak, no Brasil há fronteiras fluidas entre mundos em guerras, mas essas fronteiras não são feitas apenas de conflito. São também “possibilidade de interpenetração de mundo”. A fronteira é o que separa, mas também o que une: ponto de contato entre territórios, povos e línguas (MARIUTTI, 2018, [s.p.]).

Das diversas fronteiras naturais, abstratas ou concretamente construídas que *Indicionário do contemporâneo* convoca, aquela que pretende circundar a noção de realidade em previsão estática é a mais premente, e é a propósito desse condicionamento limítrofe que Alain Badiou (2017, p. 8) – embora não seja mencionado textualmente no livro – levanta essa questão confluyente: “Será preciso aceitar como uma lei da razão que o real exige em toda e qualquer circunstância uma submissão mais do que uma invenção?”.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o Contemporâneo? e Outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

BADIOU, Alain. *Em busca do real perdido*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MARIUTTI, Sofia. Fronteira. Nexo Jornal [on-line], 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/lexico/2019/08/04/Ela-%C3%A9-o-que-separa-mas-tamb%C3%A9m-o-que-une-%E2%80%93-ponto-de-contato?utm_medium=Social&utm_campaign=Echobox&utm_source=Facebook&fbclid=IwAR3itSHvBSWr8mF1F_8tmzDocrjUKXxNSct05cvwTBk_v4z9MxD51CdfUw#Echobox=1564973008>. Acesso em: 9 ago. 2019.

Recebido: 12/09/2019

Aceito: 21/11/2019

Publicado: 13/12/2019